

Docente universitário, ex-secretário de Estado da Justiça e ex-secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Burocracia mínima garantida para alguns, encargos para todos

João Tiago Silveira

Sobre competitividade e burocracia há sinais preocupantes no Ministério da Justiça. Sinais camuflados em linguagem técnica, que cidadãos e empresas (ainda) não detetam.

Diz o Governo que pretende "restaurar o núcleo essencial de cada profissão jurídica de forma a que cada uma tenha as suas competências bem definidas, sem se sobreporem" porque "há atos que seriam próprios da profissão de notário que são praticados por conservadores ou por Câmaras de Comércio" (Lusa e "Diário de Notícias" de 14 de outubro).

Do lado dos cidadãos regista-se a indiferença de quem já desistiu perceber o mundo da Justiça e a linguagem técnica que vezes demais o envolve. Mas esta não é apenas mais uma questão entre juristas. Por uma vez, falemos claro das políticas no sector da Justiça, que afetam os cidadãos, as empresas e a economia.

Hoje, todos podemos comprar ou vender uma casa no balcão 'Casa Pronta' ou optar por fazê-lo num notário, advogado ou solicitador. E o empresário pode escolher constituir uma empresa através da 'Empresa na Hora' e praticar atos de registo comercial dispensando a escritura (e o seu pagamento) num notário. Há concorrência e escolha onde antes havia monopólios e exclusivos. Os serviços simplificaram-se e os preços baixaram porque todos sabem que têm de prestar um serviço melhor e mais barato.

Ganhou-se em comodidade e em competitividade. Mais rapidez e maior simplicidade é mais tempo e dinheiro que fica na economia para investir e criar emprego. Não haverá empresário recordado do tempo que demorava (e do preço que custava) criar uma empresa? E o calvário que era comprar casa, com os registos provisórios, as escrituras,

os registos definitivos, e o pagamento dos impostos em entidades diferentes, "cada uma com as suas competências bem definidas"?

Agradou a todos? Claro que não. Os beneficiários da "burocracia mínima garantida" não ficaram satisfeitos com o fim dos monopólios e a chegada da concorrência. E menos ainda porque isso obrigou a baixar preços e a prestar serviços mais completos e virados para as pessoas.

Pois que fique claro o que a ministra da Justiça diz. Onde se simplificou e permitiu a escolha para os cidadãos, o Governo pretende voltar a criar complexidade e restaurar os monopólios tradicionais da burocracia. É obrigar quem compra casa a ir ao notário e pagar, sem ter a escolha do 'Casa Pronta'. É dizer que as empresas devem voltar a praticar atos burocráticos sem hipótese de escolha, correndo todas as capelinhas (e pagando em todas) porque "cada uma (das profissões jurídicas) deve ter as suas competências bem definidas, sem se sobreporem".

A opção de voltar a burocratizar, criar monopólios e acabar com as alternativas que foram dadas às pessoas é legítima. Crítico-a: resulta de uma visão ultrapassada, própria de quem ainda não percebeu que a sociedade espera

que a Justiça seja um serviço público com valor acrescentado e não uma barreira. O que não é legítimo é utilizar camuflagem jurídica para o fazer.

Se o Governo quer seguir esse caminho, que o siga. Mas que o diga sem esconder. Será um caminho ao lado dos interesses corporativos, mas que fale com clareza, sem camuflagem.

Num Governo onde não existem políticas para o crescimento económico, o mínimo que se pode exigir é que não destrua o que funciona bem e que contribui para a redução dos custos de contexto da nossa economia. O mínimo é que não crie uma "burocracia mínima garantida" a benefício de apenas alguns, mas suportada por todos.

Pela minha parte, o caminho é ao lado dos cidadãos e das empresas e a favor da simplificação e da competitividade. Com linguagem clara e sem camuflagem jurídica.



ILUSTRAÇÃO FILIPE ABRANCHES